

E a *falta residual* está assim ementada na Súmula 18 do STF:

Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juiz criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.

IV. Conclusão

Diante de tais considerações, com esteio na doutrina e jurisprudência, pode-se sustentar, na esfera administrativa disciplinar:

a) Em regra, as instâncias são independentes (arts. 121 e 125 da Lei 8.112/90), sendo certo que o processo disciplinar não deve ficar sobrestado no aguardo da decisão penal (STF, MS 23.008-8/RJ, DJ 24/09/99);

b) excepcionalmente, nas hipóteses elencadas pela lei, a decisão penal prevalece sobre a decisão administrativa (disciplinar), em razão dos mesmos fatos:

b.1. art. 65, CPP c/c art. 23, CP (*excidente de ilicitude*): estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular do direito (J. Cretella, *Prática do processo administrativo*, RT, 1988, p. 122);

b.2. art. 126 da Lei 8.112/90, quando nega a existência do fato, ou sua autoria (STF, RDA 94/86, STJ, RMS 2611-5/SP, DJ 23/08/93);

c) a decisão penal, com esteio no art. 386, inciso VI, do CPP, não repercute na instância disciplinar (STF, MS 19.581, RT 423.255; RE 85.314, DJ 02/06/78);

d) nas demais hipóteses, não há unanimidade acerca da repercussão da decisão penal na esfera disciplinar.

Dessarte, constata-se que a independência das instâncias prevalece como regra, num primeiro plano, aplicando-se, *a posteriori*, a norma da interdependência das instâncias, se for o caso. (Cf. J. Cretella Júnior in *Prática do processo administrativo*, Ed. RT, SP, 1988, p. 120).

É que a regra da independência opera-se *a priori*, e a regra da interdependência, *a posteriori*.

Breves Considerações sobre a Tortura

Alexandre Pontieri*

1. Introdução

*N.E.: Advogado em São Paulo, pós-graduado em Direito Tributário pelo CPPG/UNIFMU – Centro de Pesquisas e pós-graduação da FMU, pós-graduado em Direito Penal pela ESMP/SP – Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Objetiva o presente trabalho abordar de forma sucinta o tema tortura, uma das maiores aberrações constatadas desde os primórdios históricos, vigorando, infelizmente, até os dias atuais. É notório que a tortura e os maus-tratos são comuns nas penitenciárias e cadeias públicas brasileiras. A maioria dos casos estão ligados à polícia, muitas vezes financiados por setores da sociedade que ainda carregam a herança colonialista de fazer justiça com as próprias mãos – o que, na verdade, não passa de assassinato vil e covarde.

2. Definição

A definição da palavra tortura, do latim *tortura*, significa suplício, martírio, tormento, transe aflitivo, podendo ser físico ou psicológico. Afligir muito; angustiar. Molestar, desconfortar, incomodar fisicamente em alto grau¹. O verbo torturar também traduz o mesmo sentido na língua espanhola; no inglês, *to torture*; no francês, *torturer*; no italiano, *torturare*; na língua alemã, a tortura é definida como *foltern*.

3. Histórico

A tortura acompanha a história do ser humano. Desde a Antiguidade dela se tem registro. A tortura sempre foi e sempre será uma prática globalizada, na maioria absoluta das nações e dos Estados outrora e hoje existentes na face da Terra.

Na Idade dos Metais – cerca de quatro mil anos antes de Cristo – o bronze e posteriormente o ferro foram utilizados no cotidiano dos povos. É a partir dessa época que se tem os primeiros dados registrados sobre maus-tratos e penas cruéis, empreendidos aos prisioneiros das batalhas na Idade dos Metais.

No segundo milênio antes de Cristo, a cidade de Babilônia (hoje Bagdá, capital do Iraque) dominou a Mesopotâmia (região hoje compreendida entre Iraque, Turquia e Síria), tendo o rei dos babilônios, Hamurabi, criado o primeiro código de leis escrito, o qual regulava rigorosamente a vida social, baseado em penas severas e degradantes, como a do Talião, do “olho por olho, dente por dente”.

Como os povos orientais, tais como os atuais China e Japão, ainda não haviam iniciado suas incursões “imperialísticas”, pode-se considerar que foi com os assírios, um dos povos mesopotâmios, que a prática da tortura foi, primeiramente, utilizada de maneira corrente aos povos conquistados.

Por volta do século VIII a.C., no mundo ocidental, o modo de produção era o escravista, em que, embora não se considerassem os escravos como indivíduos de direitos, os maus-tratos eram utilizados indiscriminadamente, sem qualquer contestação social.

A partir do século II a.C., em Roma, cidade que conquistara grande parte do mundo ocidental, dicotomizou-se dois grupos, a saber: o dos democratas e o dos aristocratas, surgindo o gérmen do que posteriormente viria a ser denominado de democracia e de ditadura (*locus* da tortura política).

Com o declínio do Império Romano do Ocidente, no século V, inicia-se, pela cronologia da História, o período denominado de Idade Média, ou *dark age* (Idade Negra ou Idade das Trevas). Neste período, o terror era a palavra corrente. O ato de discursar, falar ou se manifestar contra a ordem religiosa imposta levava ao suplício nas fogueiras em praças públicas, nos chamados Tribunais Eclesiásticos da Inquisição, para a obtenção da confissão de um herege.

A Igreja, que tinha em Cristo seus alicerces, cometia grande incongruência, vez que os relatos que temos hoje em dia mostram que o próprio Cristo foi torturado antes de morrer, não compactuando este com tais práticas.

Nessa época, a confissão do réu foi considerada como a rainha das provas, a *probatio probatissima*, pois “o criminoso que confessa desempenha o papel de verdade viva”. E, para alcançar essa prova, recorria-se à tortura. Destarte, o réu era transformado em juiz da sua própria causa, resistindo aos tormentos, para salvar-se, ou a eles cedendo, para perder-se ².

A tortura empregada naquela época não possuía a natureza de pena, mas era um meio processual de apuração da verdade.

A tortura servia apenas como paliativo, na ausência de provas. Não se recorria à tortura nos delitos manifestos, mas somente nos delitos ocultos, que eram mais difíceis de se comprovar.

As confissões que eram obtidas sob tortura deveriam ser ratificadas, depois, na presença do escrivão inquisitorial.

João Bernardino Gonzaga descreve como transcorria uma típica sessão de interrogatório: “algumas leis dispunham que o réu somente deveria ser supliciado várias horas após haver ingerido alimentos, quando já se achasse, portanto, enfraquecido. Exigiam-lhe então, primeiro, o juramento de que diria a verdade. Em seguida, lhe apresentavam os instrumentos que seriam utilizados, com explicações sobre o seu funcionamento. Se, para evitar o tormento, ou no seu desenrolar, o paciente confessasse o que lhe era exigido, levavam-no para outro lugar, seguro e confortável, onde ele deveria ratificar a confissão. Se esta não fosse ratificada, voltava-se à tortura, em dias subseqüentes. A questão podia ser repetida indefinidamente, seus únicos limites estavam na obstinação do juiz e na força de resistência do paciente. Geralmente, porém, era estabelecido um número máximo, que costumava ser de quatro sessões” ³.

O inquisidor tinha sempre em mente a seguinte frase: “o acusado deve ser torturado de tal forma que saia saudável para ser libertado ou para ser executado”⁴.

Desta forma, a Inquisição fez largo emprego da tortura, escrevendo negra página na história do Direito Penal⁵.

O domínio pelo terror não era exclusividade da parte ocidental do mundo. No mundo árabe, guerras santas (em nome do Deus Alá) – *jihad* – eram empreendidas juntamente com os maus-tratos aos capturados. As “guerras santas” dos ocidentais chamaram-se Cruzadas, estas com a mesma brutalidade daquelas.

O colonialismo ocorrido e iniciado a partir do século XV realçou a antiga prática do escravismo – aos povos vencidos e aos indivíduos da raça negra.

A estes, até o século XIX, em diferentes circunstâncias e momentos, foram aplicadas penas cruéis e degradantes, em um modo de vida subserviente e oprimido.

Ainda abordando o nível internacional, o período das grandes guerras mundiais (1914/1918 – 1939/1945) é marcado pelo afloramento dos regimes de exceção em toda a Europa, a exemplo de alguns países sul-americanos, como o Brasil de Getúlio Vargas. Nestes regimes, denominados de fascismos – o português de Salazar, o espanhol de Franco, o italiano de Mussolini, o nazista-alemão de Hitler – a prática da tortura difundiu-se como forma de justificativa a algo de mal que ocorrera nas economias daquele países destruídos após a Primeira Guerra. Para a Alemanha, o anti-semitismo foi a política adotada. Deu-se um holocausto judeu, seja nos campos de concentração alemães, seja nos laboratórios que faziam experiências com pessoas vivas.

Também na União Soviética, com a introdução do regime socialista, iniciou-se um período de repressão à liberdade individual, imperando a prática de tortura, principalmente no regime stalinista.

O fim dos fascismos, com a Segunda Grande Guerra (1939/1945), não encerrou o período de práticas de torturas no Velho Continente. Franco e Salazar continuaram no poder até a década de setenta, quando foram substituídos: Revolução dos Cravos em Portugal; morte de Franco na Espanha.

4 – A tortura atualmente em nível internacional

Ainda hoje na Europa não-continental, irlandeses do norte digladiam-se com irlandeses do sul. Na capital, Dublin, ocorrem morticínios e torturas entre grupos religiosos rivais. A historicidade da questão, de longos anos, não sensibiliza mais

a imprensa; a população, tampouco.

Nos países do extremo Oriente Asiático, a divulgação de violações dos direitos humanos são freqüentes, mesmo se considerando a dificuldade de reportá-las e divulgá-las. A China chega a ser ameaçada pelos Estados Unidos, devido a denúncias de organismos internacionais de proteção aos direitos humanos, quanto à possibilidade de desqualificação na regra da “nação mais-favorecida” no comércio bilateral entre os dois países. A Indonésia oprime, tortura e degrada a população e o governo do Timor Leste, valendo, pelas denúncias e tentativas de malograr a dominação, o prêmio Nobel da Paz de 1996 ao timorense José Ramos-Horta.

Quanto ao continente africano (mormente a região central), antes de se falar em tortura, realça-se a barbárie, a violência, a selvageria, configurando-se no que Thomas Hobbes chamava de “estado de natureza”, de “todos contra todos”, onde o “homem é o lobo do homem” (*homo homini lupus*)⁶.

Por fim, no que tange especificamente à tortura, a anistia internacional tem delatado graves práticas no Iraque (principalmente com os curdos do norte do país), no Sri Lanka (desaparecimento de jornalistas), no Zimbábue (com a impunidade), na Turquia (desaparecimentos e execuções extrajudiciais no meio rural e urbano), no Marrocos (desaparecimentos políticos).

Apesar dos avanços democráticos da humanidade, o certo é que a tortura ainda não acabou. Não só não se extinguiu como aparece às vezes institucionalizada⁷ ou até mesmo legalizada, tal como admitiu, há pouco (15/11/96), o Supremo Tribunal israelense, no que concerne aos palestinos, sendo batizada de “pressão física moderada”. Também na Irlanda do Norte, recentemente, uma das suas Cortes (caso McCormick) avalizou a tortura como meio válido de punição⁸.

Até mesmo a França, considerada um baluarte dos direitos humanos, foi condenada pela União Européia, por crime de tortura. O caso francês remonta a 1991: “um traficante de drogas de origem marroquina e holandesa, Ahmed Selmouni, sentenciado a treze (13) anos de prisão (pena que está cumprindo), foi submetido a tratamentos infamantes e perigosos por parte de cinco policiais. Sofreu golpes de beisebol por todo o corpo, humilhações físicas e verbais (o suspeito foi obrigado a ajoelhar-se e um policial urinou sobre ele), entre tantas outras formas de violência. Segundo seus advogados, ele perdeu a visão esquerda por causa dos espancamentos. A acusação de tortura foi confirmada em Estrasburgo. A Corte Européia votou unanimemente a favor da condenação da França, que terá de pagar US\$ 83 mil a Selmouni, como compensação. Em março, a Justiça francesa condenou os cinco policiais a penas de 2 (dois) a 4 (quatro) anos de prisão pelo crime, mas protestos de centenas de colegas no país levaram um tribunal de apelação a suspender a sentença de quatro deles. Com a decisão da Corte Européia, o caso talvez seja

reaberto na França⁹.

Nos países árabes a tortura também é praticada e aceita por sua sociedade, inclusive contra as mulheres, que são tratadas como um ser inferior perante os homens e submetidas a diversos tratamentos degradantes.

Enfim, poderíamos relatar as mais diversas formas de tortura em larga escala mundial, sem excluirmos nenhum país, muitos, aliás, signatários de tratados internacionais contra a tortura e favoráveis aos direitos humanos, porém este foi um pequeno histórico da prática da tortura.

5. A tortura no Brasil – histórico

A tortura no Brasil, como obtenção de meio de provas através da confissão e como forma de castigo a prisioneiros, existe desde os tempos de seu descobrimento pelos portugueses, no ano de 1500, tendo os índios que aqui habitavam sofrido com os novos tratamentos trazidos do Velho Continente.

A tortura nunca deixou de ser aplicada durante o período colonial, do Império brasileiro e também da República.

Nos dois períodos ditatoriais republicanos, de 1937 a 1945 (o chamado Estado Novo) e entre 1964 e 1985 (a ditadura militar), a prática da tortura não só passou a alcançar opositores políticos de esquerda, como sofisticou-se nas técnicas adotadas. No final dos anos 60 e início dos anos 70, as ditaduras militares do Brasil e de outros países da região criaram a chamada Operação Condor, para perseguir, torturar e eliminar opositores¹⁰. Receberam o suporte de especialistas militares norte-americanos, ligados à CIA, que ensinaram novas técnicas de tortura para obtenção de informações. A Escola das Américas, instalada nos EUA, foi identificada por historiadores e testemunhas como um dos centros de difusão de técnicas associadas à prática da tortura e maus-tratos¹¹.

Em seu livro de memórias, o ex-presidente Ernesto Geisel afirmava:

(....) que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter informações. (....) no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, (....) foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior¹².

Conforme citado no trabalho elaborado por Cecília Maria Bouças Coimbra¹³, em 1971, foi elaborado pelo gabinete do ministro do Exército e pelo seu Centro de Informações – CIEEx um manual sobre como proceder durante os interrogatórios

feitos a presos políticos¹⁴. Alguns trechos apontavam que:

(....) O interrogatório é uma arte e não uma ciência (....). O interrogatório é um confronto de personalidades. (....). *O fator que decide o resultado de um interrogatório é a habilidade com que o interrogador domina o indivíduo, estabelecendo tal advertência para que ele se torne um cooperador submisso (....). Uma agência de contra-informação não é um Tribunal da Justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a Justiça criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isso será necessário, freqüentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isto seja bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do Direito (....)*¹⁵.

O “Relatório Azul”, documento produzido pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, citando o célebre relatório “Brasil, nunca mais”, informa que pelo menos 1.918 prisioneiros políticos atestaram ter sido torturados entre 1964 e 1979. Este documento descreve 283 diferentes formas de tortura utilizadas pelos órgãos de segurança à época¹⁶.

Com a redemocratização, em 1985, cessou a prática da tortura com fins políticos. Mas as técnicas foram incorporadas por muitos policiais, que passaram a aplicá-las contra os presos comuns, os “suspeitos” e os detentos. Pode-se, portanto, afirmar que a tortura existente hoje no Brasil, principalmente “contra negros e pobres”, é herdeira de uma tradição totalitária e foi intensificada principalmente durante o Estado Novo e a ditadura militar.

Como bem definiu o ex-Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, “o estado de direito – como o próprio nome diz – exige que seus agentes ajam sempre de acordo com o Direito, isto é, dentro dos limites da lei e segundo a Constituição, visando à realização da justiça. A violência policial tem historicamente gerado as maiores violações de direitos humanos no País. A criminalidade resulta, então, em alguns casos, de suposto combate ao próprio crime”¹⁷.

6. Algumas formas de tortura

Capuz: causa tortura física inesperada e tortura psicológica (o torturado fica incapacitado de ver de onde vêm os golpes);

formas de imobilização: utilizada nos intervalos de outras formas de tortura com o objetivo de causar esgotamento físico (segurar pesos nos braços, equilibrar a sola dos pés em latas cortantes);

espancamento: murros e pontapés aplicados em regiões como rins, estômago e diafragma;

corredor polonês: filas paralelas de torturadores formando um caminho obrigatório para a vítima passar;

telefone: aplicação de tapas com ambas as mãos nos ouvidos da vítima (provoca rompimento dos tímpanos e labirintite);

pau-de-arara: aplicado desde os tempos da escravidão, constitui-se em um dos métodos mais antigos de tortura. A vítima fica pendurada em posição de frango assado (provoca dores terríveis no corpo e na cabeça);

choques elétricos: aplicados em regiões sensíveis do corpo (que é molhado para facilitar a condutividade da corrente elétrica), como órgãos genitais, língua e ouvidos;

hidráulica: como o pau-de-arara, é um dos métodos de tortura mais antigos, utilizados desde a Inquisição (Idade Média). Quando aplicado em indivíduos em pau-de-arara, causa afogamento;

palmatória: espécie de raquete de madeira que é aplicada às mãos, pés, nádegas e costas da vítima;

escova de aço: causa esfolamento e sangramento quando aplicada no peito e nas costas da pessoa torturada;

nó-da-máfia: amarra-se o pescoço da vítima aos seus pés, sendo, estes, suspensos, causando enforcamento;

queimaduras de cigarro: costumeiramente utilizada no momento dos interrogatórios;

cadeira-do-dragão: espécie de cadeira elétrica;

tamponamento por éter: aplicação nas partes sensíveis e feridas do corpo, provocando queimaduras e dores;

tortura sexual: prática de estupro, introdução de cacetete no ânus, compressão e choques nos testículos;

soro da verdade ou pentotal: causa depressão e diminuição da capacidade de reação (os próprios médicos, a serviço do Estado, o aplicavam);

geladeira: constitui-se em um pequeno quarto de dois metros quadrados, escuro e frio. Os agentes que praticavam torturas mesclavam a permanência da vítima nas “geladeiras” e nas salas fortemente iluminadas e quentes. Psicologicamente, a vítima sentia insegurança;

animais: eram utilizados nas sessões de tortura, tais como cobras e ratos (no

DOI-Codi/RJ, em 1970, utilizaram um jacaré);

arrastamento em viatura: causava esfolamento e escoriações generalizadas no corpo da vítima. Também forçavam a vítima a respirar o gás que saía pelo escapamento do veículo;

escalpo: consiste na retirada da pele da vítima;

churrasquinho: introdução de material inflamável no ânus e na vagina;

cama cirúrgica: a vítima é amarrada e esticada em uma cama. Causava o rompimento de nervos e, sobre a cama, também praticavam torturas como o arrancamento das unhas;

massarico: espécie de “churrasquinho” que causa queimaduras de primeiro grau;

coroa-de-cristo ou capacete: consistia no esmagamento do crânio por meio de um anel metálico e um mecanismo que o estreitava;

tortura aos familiares e a amigos: consistia em torturar amigos e parentes em frente ao perseguido político.

7. Recomendações periciais em casos de tortura

- Valorizar de maneira incisiva o exame esquelético-tegumentar da vítima;
- descrever detalhadamente as características de cada lesão qualquer que seja o seu tipo e localizá-la precisamente na sua respectiva região;
- registrar em esquemas corporais todas as lesões eventualmente encontradas;
- detalhar, em todas as lesões, independentemente de seu vulto, a forma, idade, dimensões, localização e particularidades;
- fotografar todas as lesões e alterações encontradas no exame externo ou interno, dando ênfase àqueles que se mostram de origem violenta;
- radiografar, quando possível, todos os segmentos e regiões agredidas ou suspeitas de violência;
- examinar a vítima de tortura sem a presença dos agentes do poder;
- trabalhar sempre em equipe;
- examinar sempre à luz do dia;
- usar os meios subsidiários de diagnóstico disponíveis e indispensáveis, com destaque para o exame toxicológico.

8. Casos emblemáticos sobre tortura denunciados à Comissão de Direitos Humanos

A Comissão possui em seus registros diversos dossiês elaborados por entidades de direitos humanos relacionando as denúncias de tortura. Além desses dossiês, há dezenas de processos administrativos abertos na Comissão, objetivando acompanhar a apuração das denúncias. Ao todo, são mais de 100 casos registrados na CDH. Para uma amostragem, selecionamos alguns desses casos e que servem para demonstrar como tem sido esta prática criminosa no Brasil.

8.1 – Vítima: J. I. S. S.: Preso em 24 de outubro de 1995 pela Polícia Federal em Fortaleza, sob acusação de porte de drogas, foi encontrado morto, no dia 25 de outubro, nas dependências da Superintendência da Polícia Federal com graves lesões no tórax, abdômen e pescoço. O laudo do IML confirmou lesões corporais, no entanto concluiu pela ausência de elementos que pudessem configurar a tortura. Posteriormente, um laudo independente, realizado pela equipe de legistas da Universidade de Campinas – Unicamp, confirma que J. I. morreu em decorrência de espancamento. Oito policiais foram indiciados. Na defesa judicial, a polícia tentou forjar uma versão de que o rapaz foi morto por um companheiro de cela, o que foi posteriormente desmentido. A União reconheceu sua responsabilidade e, num caso até então inédito, concedeu à família da vítima uma pensão mensal.

8.2 – Vítima: P. A. F.: No dia 9 de junho de 1996, foi detido por policiais estaduais em Manaus sob a suspeita de envolvimento em crime de latrocínio. Quatro policiais civis foram identificados pela vítima, todos lotados na Central de Informações da Polícia Civil na cidade de Manaus/AM. O laudo do IML comprovou que a vítima foi torturada. Os policiais colocaram um saco de lixo na cabeça da vítima na tentativa de asfixiá-lo enquanto desferiam socos e pontapés. As sessões de tortura se repetiram por mais outras vezes enquanto a vítima encontrava-se nas dependências policiais. Em 1998 a corregedoria de polícia instaurou procedimento para apurar a conduta dos policiais.

8.3 – Vítima: W. J., C. O. e D. J. A. F.: No dia 29 de setembro de 1997, foram as vítimas abordadas por seis policiais militares na cidade de Itamaraju, Bahia, entre eles o subcomandante local, sargento, cabos e soldados. As vítimas foram surpreendidas pelos policiais, que não vestiam a farda. Os policiais estavam procurando quem tinha baleado um policial e roubado um parque de diversão. Os rapazes foram levados para as margens de um rio e várias tentativas de afogamento foram desferidas juntamente com espancamentos. Foi instaurado na Procuradoria de Justiça da Bahia procedimento para apuração dos crimes.

8.4 – Vítima: M. B. A.: Em 1º de janeiro de 1997, a vítima foi presa por policiais militares lotados no Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia, e

levado ao quartel da cidade. Lá foi trancado numa sala por três policiais fardados e torturado com choque elétrico e pancada. Em razão da tortura, perdeu 90% da audição. Foi ameaçado de morte, caso quisesse processar os policiais. O Ministério Público instaurou procedimento.

8.5 – *Vítima: S. B. S.*: A vítima participou de um assalto a banco na cidade de Campina Grande, Estado de Minas Gerais. A quadrilha rendeu policiais militares e civis juntamente com a delegada de polícia do Município. Os policiais conseguiram reverter a situação e prenderam toda a quadrilha resultando, no entanto, na morte de dois assaltantes. A vítima e os demais assaltantes foram detidos e levados para a cadeia pública da cidade, onde sofreram todo o tipo de tortura como espancamento, choque elétrico, telefone etc. Os policiais justificam suas atitudes como uma forma de revidar a ação da quadrilha. A vítima S. sofreu diversas sessões de tortura e por meio de advogado e do próprio Ministério Público solicitou a realização de exame de corpo e delito no IML, porém este não foi realizado.

8.6 – *Vítima: J. R. C. L.*: No dia 14 de setembro de 1999, a vítima foi presa por policiais militares, na cidade de Pedregal, Estado de Goiás, juntamente com um menino de 9 anos de idade. Não havia nenhuma denúncia formulada contra a vítima e tudo indica que a mesma foi confundida pelos policiais. Os dois foram presos perto da residência de J. R. e levados ao quartel da cidade do Novo Gama. No quartel, J. R. foi brutalmente torturado. As sessões de tortura foram assistidas pelo menino que relatou o fato posteriormente no Ministério Público. O menino descreveu como eram as dependências do quartel. Após este depoimento, os policiais ensejaram mudanças no interior do estabelecimento com o intuito de não confirmar a declaração do menino. Porém a perícia realizada confirmou a versão do menino. Dois dias após a detenção, foi encontrado o corpo da vítima com marcas de tortura e sem os órgãos genitais, num lugar ermo da cidade. O mesmo foi enterrado como indigente. A família e instituições procuraram durante meses o paradeiro da vítima. A elucidação do caso somente foi possível porque a perita, responsável pelo exame cadavérico, identificou a autoria do corpo. Os policiais nunca assumiram a detenção arbitrária. O Ministério Público de Goiás teve uma atuação eficiente e pediu a prisão de nove policiais, que já eram envolvidos em outros crimes contra a administração da justiça.

8.7 – *Vítima: A. C. S.*: Foi preso, sob a acusação de roubo, em dezembro 1999, e levado para a delegacia de polícia de Valparaíso de Goiás onde sofreu várias sessões de tortura. Posteriormente, foi transferido para a Delegacia de Polícia de Luziânia, cidade vizinha onde, segundo testemunhas de outros presos e familiares, recebeu mais torturas que teriam sido consentidas pelo próprio delegado de polícia responsável. Representantes da CDH junto com familiares da vítima e promotor de Justiça visitaram o preso, constatarem as torturas e colheram a termo

o depoimento da vítima. Posteriormente, a CDH foi informada que o depoimento do mesmo havia sumido do procedimento administrativo instaurado pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás. A Corregedoria da Polícia Civil arquivou a denúncia.

8.8 – *Vítima: W. S. S.*: A vítima é menor e foi detido durante três dias numa delegacia comum da Polícia Civil que não é especializada nos direitos do menor, como determinada o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. O fato ocorreu em junho de 1999, em Xinguara, Município do Estado do Pará. Na delegacia, o jovem sofreu violência física e psicológica, provocada por policiais civis. A mãe do adolescente e sua representante legal sequer tiveram o direito de falar com a vítima durante os dias de detenção. Nunca houve qualquer processo judicial criminal instaurado contra o menor. Os policiais alegavam que o jovem usava drogas e que daria informações importantes de traficantes, por isso foi detido. A vítima, com as torturas sofridas, ficou com problemas psiquiátricos e necessita de tratamento até os dias de hoje. Também ficou com deficiências físicas. O Ministério Público do Pará instaurou procedimentos para apurar as denúncias de tortura.

9. Legislação sobre a tortura

Um dos diplomas mais importantes que tratou sobre a tortura foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10/12/48, do qual o Brasil é signatário. A ONU, em 1984, em Nova York, aprovou a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis Desumanas ou Degradantes, que foi adotada pelo Brasil em 1991 (Decreto 40, de 15/02/91). Logo em seguida proclamou-se a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (OEA), que entrou em vigor no Brasil em 1989 (Decreto 98.386, de 09/11/89). A Constituição brasileira a ela fez referência (art. 5º, inciso XLIII), equiparando sua prática aos crimes hediondos.

Até chegarmos na Lei 9.455/97, tivemos alguns projetos de lei por parte do Congresso tratando sobre o assunto:

Projeto de Lei do Senado Federal 28, de 1987, do Senador Jamil Haddad;

Projeto de Lei do Senado Federal 2.423, de 1989, do Senador Nelson Carneiro;

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 837, de 1991, do Deputado Sigmaringa Seixas;

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 1.035, de 1991, do Deputado Vivaldo Barbosa;

Projeto 4.783, de 1990;

Projeto 2.464, de 1991, do Deputado Hélio Bicudo.

Por fim, sobreveio o Projeto 190/95, do Senador Júlio Campos, no qual se baseou a Lei 9.455, de 7 de abril de 1997. (Define os crimes de tortura e dá outras providências).

Lei Estadual (São Paulo) 10.726, de 08/01/01 (dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá outras providências).

Resolução 42, de 13/06/01, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (dispõe sobre o procedimento a ser adotado nas denúncias de atos de tortura, maus-tratos de natureza similar, inclusive mortes, na forma tentada ou consumada, em relação aos sentenciados das diversas unidades prisionais do Estado de São Paulo).

Portaria 1.000, de 30/10/01, do Ministério da Justiça do Brasil (estabelece, no âmbito do Ministério da Justiça, diretrizes para o combate à prática de tortura em todo o território nacional).

10. Lei 9.455, de 7 de abril de 1997

Define o crime de tortura e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Constitui crime de tortura:

I – constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental; a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; c) em razão de discriminação racial ou religiosa.

II – submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena: reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º – Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

§ 2º – Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º – Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de

reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º – Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I – se o crime é cometido por agente público;

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;

III – se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5º – A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º – O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º – O condenado por crime previsto nesta lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º – O disposto nesta lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revoga-se o art. 233 da Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Brasília, 7 de Abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

Fernando Henrique Cardoso

Nelson A. Jobim

11. Propostas para combater a tortura e reparar as vítimas

As propostas a seguir relacionadas foram selecionadas entre as apresentadas à V Conferência Nacional de Direitos Humanos, por diferentes autores, e em outros eventos recentes da área no Brasil.

- 1. Instituir o exame de corpo de delito nas pessoas presas ou detidas, logo após os interrogatórios, para verificar se houve tortura para extrair confissão;
- 2. entidades deverão entrar com ações de perdas e danos contra os Estados onde se derem atos de tortura por agentes públicos ou sob sua direção; será definida data anual simbólica para ingresso simultâneo de ações;
- 3. responsabilização judicial do Estado pela proteção às vítimas e testemunhas de tortura, prevendo indenização e apoio psicológico às vítimas;
- 4. mudanças na formação dos policiais, valorizando conteúdos sobre direitos humanos e propiciando acesso aos modernos métodos científicos de

investigação;

- 5. criação de Ouvidorias independentes e com recursos adequados para as polícias em todos os Estados e nos presídios;
- 6. desvinculação dos Institutos Médico Legais e dos Institutos de Criminalística, em todo o território nacional, dos organismos policiais; com vista a oferecer-lhes autonomia administrativa, funcional e orçamentária, visando ao aperfeiçoamento dos laudos periciais, especialmente nos casos de tortura;
- 7. difundir amplamente a educação em direitos humanos entre agentes públicos, escolas em todos os graus, por meio da mídia etc;
- 8. criar mecanismos para apuração e sanção de funcionários, guardas, carcereiros, policiais e outros que espancam e torturam presos (adultos) e adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, combatendo a impunidade desfrutada por estes agentes do Estado;
- 9. realizar campanhas públicas e pressionar os governos estaduais para a instalação e funcionamento da Defensoria Pública, para oferecer assistência jurídica de qualidade a todos os presos pobres e carentes;
- 10. garantir inspeções por reconhecidas ONG's de direitos humanos e instituições públicas nacionais e internacionais, para assegurar transparência ao sistema prisional-penitenciário;
- 11. promover a capacitação de agentes do Estado anti-tortura, através de discussões, cursos, seminários, conferências etc;
- 12. ampliação para todos os Estados do Brasil do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

12. Conclusão

A tortura com certeza é uma das mais odiosas práticas de degradação humana. É um problema cultural, e demora-se para mudar tal situação. Apesar da existência da Lei 9.455/97, muitos juízes ainda classificam crimes que poderiam ser considerados tortura como lesões corporais, abuso de autoridade (praticado por policiais) ou mesmo constrangimento ilegal. O descaso com a lei estimula a prática da tortura nas prisões e delegacias brasileiras, conforme recente relatório divulgado pela ONU em Genebra.

Não podemos permitir que tais práticas monstruosas aconteçam sem que façamos algo, ou tomemos as devidas providências legais.

Beccaria, em seu famoso livro *Dos delitos e das penas* já dizia: “Poderão os gritos de um infeliz, nos tormentos, retirar do seio do passado, que não volta mais, uma ação já cometida”¹⁸?

Oxalá as autoridades públicas e a sociedade se contaminem com o vírus da inquietação e do não-conformismo com esse estado de coisas! Basta de impuni-

dade. Lutemos pelos direitos humanos.

Notas

¹ Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa – *Folha de São Paulo/Aurélio*.

² SILVA, José Geraldo da. *A Lei de Tortura interpretada* – comentários à Lei 9.455/97, p. 14.

³ GONZAGA, João Bernardino. *A inquisição em seu mundo*, 7ª Ed.; Ed. Saraiva, 1994, p. 31.

⁴ EYMERICH, Nicolau. *Manual dos Inquisidores*, ed. Rosa dos Tempos, 2ª ed., 1993, p. 211

⁵ FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal*, a nova Parte Geral, 4ª ed.; Ed. Forense, 1994, p. 33.

⁶ HOBBS, Thomas. *Leviatã*.

⁷ Sobre a tortura como instituição, v. Toledo, Francisco de A., Sobre o crime de tortura, in *Justiça penal*, cord. De J.C. Pentead, 5, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997, p. 9 e ss.

⁸ VERCHER NOGUEIRA, Antônio. La Legalización de la tortura. *El País-Internacional* de 25/11/96, p. 10.

⁹ *O Estado de São Paulo* de 29 de julho de 1999.

¹⁰ Relatório – *A tortura no Brasil*; Comissão de Direitos Humanos – Câmara dos Deputados/Brasil.

¹¹ Relatório – *A tortura no Brasil*; Comissão de Direitos Humanos – Câmara dos Deputados/Brasil

¹² *O Globo* – 19 de outubro de 1997, p. 12.

¹³ Tortura no Brasil como herança cultural dos períodos autoritários – proferida no *Seminário Internacional sobre a Eficácia da Lei da Tortura* / STJ.

¹⁴ Este documento, considerado “confidencial”, foi encontrado nos Arquivos do Dops do Paraná, pela professora Derley Catarina de Luca.

¹⁵ Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército – Manual de Interrogatório. *Apud* Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – ALERS – *Relatório Azul* – P.A., Assembléia Legislativa, 1998, p. 285.

¹⁶ Relatório – *A tortura no Brasil* – Comissão de Direitos Humanos – Câmara dos Deputados / Brasil.

¹⁷ *O Estado de São Paulo*, 04/10/97 – Estado de Direito e Direitos Humanos.

¹⁸ BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*.

Notas sobre a Criminalidade Organizada

Julian Alencar de Araújo*

1. Considerações preliminares

Inegável que nos últimos tempos a sociedade brasileira tem presenciado o assustador recrudescimento da atividade criminosa. Esta, especificamente no Brasil, outrora despida de maiores requintes, passou a estruturar-se profissionalmente, adquirindo caráter nitidamente empresarial, sob a administração de organizações

*N.E.: Procuradora Federal.